

Educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade: primeiras aproximações

Ivan Pedroso¹

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. e-mail: ivanpedroso@ifsp.edu.br

Resumo: Este trabalho visou refletir sobre quais as relações entre educação profissional e tecnológica, gênero e sexualidade. Identificou-se através de pesquisas a configuração do espaço escolar como local de reprodução e legitimação de relações de poder opressivas, justificando através de uma pesquisa exploratória com revisão bibliográfica, a análise da maneira como esta relação se dá, bem como vislumbrar perspectivas de formação integral emancipatória. A temática de gênero e sexualidade é analisada em relação a conceitos das bases conceituais da educação profissional e tecnológica como trabalho como princípio educativo e formação integral ou omnilateral. Evidencia-se o profundo entrelaçamento entre essas duas áreas, exigindo a produção de mais estudos sobre como superar as dificuldades para efetivar em contexto escolar a formação integral em questões de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: educação profissional e tecnológica. formação integral. gênero. sexualidade.

Linha Temática: Ações Inclusivas (AC).

1 INTRODUÇÃO

Qual é afinal a função da escola? Esta questão tem mobilizado diversos pensadores, sendo que as respostas são múltiplas e também antagônicas entre si. Variando de um polo no qual a escola é vista como ferramenta de equalização social, capaz de corrigir os problemas de uma sociedade que é considerada como sendo essencialmente harmoniosa, a escola então promoveria a integração de seus membros ao corpo social, corrigindo também os que desviassem dessa trajetória através da crença no poder redentor do conhecimento. Em outro polo, a sociedade não é vista como harmoniosa, pelo contrário, seria marcada pelo conflito, pelo antagonismo de classes sociais, sendo que a marginalização não seria um mero desvio, uma falha pequena e corrigível com o poder do saber, mas sim algo causado pela própria divisão de classes que gera apropriações desiguais dos meios de produção e dos resultados da produção social. A escola então, ao invés de atuar no sentido de eliminar a marginalização, promovendo a integração e coesão social atuaria em sentido contrário, contribuindo para reforçar e legitimar as estruturas de exploração, opressão e alienação. Longe de apenas transmitir conhecimentos de forma neutra e técnica, a escola transmitiria conteúdos ideológicos das classes dominantes, legitimando relações de poder opressoras.

Diversos estudos têm configurado a escola como local de transmissão e legitimação destas relações de poder opressoras no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Pesquisa realizada pela Unesco em 2004 com 24 mil respondentes relacionados ao ensino fundamental e médio, o estudo revelou que 39,6% dos alunos meninos não gostariam de ter um colega de sala homossexual e 35,2% dos pais não gostariam que seus filhos tivessem um colega de sala homossexual. O percentual de professores que declararam não saber como abordar temas relativos à homossexualidade em sala de aula varia de 30,5% a 47,9% conforme as capitais pesquisadas. Entre os professores, o percentual que considera a homossexualidade uma doença varia de 12% a 20% conforme a capital pesquisada. Estudantes masculinos apontaram “bater em homossexuais” como o menos grave em uma lista de seis exemplos de ações violentas. (ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B, 2004)

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 realizada com 1016 estudantes entre 13 e 21 anos, que declararam pertencer à comunidade LGBT, aponta que 73% dos estudantes afirmaram já ter sofrido agressão verbal em razão da orientação sexual. Afirmaram já ter sofrido agressão física motivada pela orientação sexual 27% dos estudantes. Se sentem inseguros na escola devido à orientação sexual 60% dos entrevistados e 69% já ouviram comentários LGBTfóbicos feitos por professores ou demais funcionários da escola. (ABGLT, 2016).

Pesquisa feita em 2012 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrou que somente 14% das mulheres que ingressaram na Universidade naquele ano escolheram cursos relacionados à ciência, como engenharia, indústria e construção em oposição a 39% dos homens. (OECD, 2015). É preciso considerar a escolha da carreira como resultado de socializações distintas entre os gêneros, nas quais a escola tem participação, ao ser um espaço privilegiado na construção do que se considera como papéis masculinos e femininos.

Considerando este cenário, esta pesquisa tem como objetivo refletir qual a relação existente entre gênero e sexualidade e a educação profissional e tecnológica, buscando evidenciar como o trabalho como princípio educativo e formação omnilateral presentes nas bases conceituais da educação profissional e tecnológica se articulam com temáticas de gênero e sexualidade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia empregada neste estudo consiste em uma abordagem qualitativa, desenvolvendo-se uma pesquisa exploratória envolvendo levantamento bibliográfico em livros e artigos referentes às questões da relação entre a educação profissional e tecnológica e questões de gênero e sexualidade.

3 RESULTADOS

Ao se pensar a relação entre trabalho e escola, e ao se propor que o trabalho seja considerado como princípio educativo, é possível que diversos questionamentos surjam. Que trabalho é esse? Isso significaria a formação nos moldes do mercado de trabalho? Significaria a educação voltada para o “aprender fazendo”? Para esclarecer estes questionamentos é preciso que primeiramente seja definido o que se entende por trabalho, para que então possamos vislumbrar como ele pode ser entendido como princípio educativo e as suas relações com gênero e sexualidade.

Na concepção marxista, o trabalho, mais do que mera relação histórica e econômica de venda de força de trabalho, é tido como responsável por diferenciar os homens dos animais, e permitir que o homem construa sua própria essência, que não é dada externamente, mas sim produzida na relação dos homens com a natureza e com os outros homens. Para Marx & Engels (1974, p.19, apud SAVIANI, 2007, p.154)

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (MARX & ENGELS, 1974 apud SAVIANI, 2007, p. 154)

Conforme Saviani (2007) a compreensão da essência humana deve partir das condições efetivas, históricas, e não de ideias abstratas e universais, que definiriam à priori e de modo externo sua essência. A essência humana então, coincide com seu trabalho, com o modo como relacionam-se com a natureza e com os outros homens. O trabalho então, possui dois sentidos, um histórico e um ontológico:

- a) ontológico, como práxis humana e, então, como a forma pela qual o homem produz sua própria existência na relação com a natureza e com os outros homens e, assim, produz conhecimentos;
- b) histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado ou fator econômico, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo; portanto, como categoria econômica e práxis diretamente produtiva. (RAMOS, 2008, p.8)

A compreensão de trabalho em sentido amplo, considerando-o em suas dimensões ontológicas e históricas, e como responsável por produzir a própria existência e essência humana, na relação do homem com o meio, permite que possamos refletir sobre quais as relações entre trabalho e as questões de gênero e sexualidade. É possível, por exemplo, refletir sobre as relações existentes entre

capitalismo, patriarcado e as opressões de gênero, elucidando como o sentido histórico da configuração do trabalho se articula com a divisão sexual do trabalho, produção e reprodução social.

As diversas opressões de gênero e relacionadas à população LGBT são facilmente identificáveis no cotidiano, estão presentes em estatísticas sobre violências como feminicídio ou agressões motivadas por orientação sexual, desigualdades salariais entre gêneros, acesso de mulheres a cargos de direção e chefia, discursos que reproduzem machismo e homofobia etc. Tais situações possuem uma dimensão que ultrapassa o particular e ocasional, atingindo vários níveis da prática social, formando estruturas de opressão, as quais costumou-se nos escritos feministas, designar-se por patriarcado ou sistema patriarcal. Ao refletir então, quais as relações existentes entre essas diversas opressões sistematizadas, designadas por patriarcado, e capitalismo, Arruzza (2015) afirma que:

Nos últimos anos, análises empíricas, descrições do fenômeno ou questões específicas seguramente não estiveram em falta, como a feminização do trabalho; o impacto da política neoliberal na vida e condições de trabalho das mulheres; a intersecção entre opressão de gênero, raça e classe; ou a relação entre as construções diferentes de identidade sexual e os regimes capitalistas de acumulação. No entanto, uma coisa é “descrever” um fenômeno ou um grupo de fenômenos sociais, no qual a conexão entre capitalismo e opressão de gênero é mais ou menos evidente. Outra coisa é dar uma explicação “teórica” para essa relação estrutural, que possa ser identificada com esses fenômenos e seus modos de funcionamento. É crucial, neste caso, perguntar se existe um “princípio organizativo” que explica essa conexão. (ARRUZZA, 2015, p.36)

Ao explicar teoricamente quais são essas relações, Arruzza (2015) elenca três teses: A primeira sendo a teoria dos sistemas duplos ou triplos, na qual gênero, relações sexuais e em sua versão mais atualizada relações raciais constituem sistemas autônomos que interagem com o capitalismo, com impactos recíprocos de uns sobre os outros. A segunda tese é a do capitalismo indiferente, que prega que o capitalismo relaciona-se de modo oportunista com as opressões sexuais e de gênero, se aproveitando do que pode gerar lucro e destruindo o que se constitui como obstáculo. O capitalismo seria indiferente com as opressões e o patriarcado poderia ser dissolvido em países de capitalismo avançado. A terceira tese, a qual a autora defende, é a tese unitária, na qual embora opressões de gênero e sexuais já fossem identificadas antes do capitalismo, com a sua consolidação, o sistema patriarcal não possuiria mais autonomia em relação a ele. Afirma que no capitalismo não existem apenas relações de exploração, na qual em termos estritamente econômicos, uma classe explora a outra, mas sim que as relações são ao mesmo tempo, de exploração, dominação e alienação. Analisa as categorias de produção e reprodução social para além de reducionismos economicistas, ou de determinação das relações de poder como resultado automático e mecanicista do processo de extração da mais valia. O capitalismo é entendido como uma totalidade versátil, contraditória, dialética, na qual produção e reprodução, preservando suas características específicas, formam uma unidade indivisível, como momentos concretos de uma totalidade articulada. (ARRUZZA, 2015)

Sobre as relações entre classe, patriarcado e racismo, Saffioti (1987) também afirma a existência de uma relação umbilical entre eles, aproximando-se da teoria unitária apresentada anteriormente, sendo que a luta pela emancipação humana não pode privilegiar apenas um destes aspectos, visto que constituem um sistema articulado de dominação e exploração

Por conseguinte, o machismo, presente tanto na cabeça dos homens quanto na das mulheres, contribui enormemente para a preservação do estado de coisas vigente no Brasil, pleno de injustiças, qualquer que seja o ângulo do qual for examinado: das relações homem-mulher, das relações entre as etnias, das relações entre as classes sociais. Estes três sistemas de dominação-exploração fundiram-se de tal maneira, que será impossível transformar um deles, deixando intactos os demais. Disto decorre o fato de que todas as atitudes machistas reforçam a fusão do trio da dominação-exploração. Convém, pois, que se medite profundamente sobre esta questão,

se se tem interesse em transformar a sociedade brasileira na direção da menor injustiça. (SAFFIOTI, 1987, p. 67).

A compreensão das temáticas de gênero e sexualidade como circunscritas a um campo cultural, enquanto a questão de classes seria do campo estritamente econômico é desconstruída na teoria unitária, que estabelece a relação mútua e indissociável entre dominação, exploração e alienação. A reprodução social não opera nos limites do campo cultural, possuindo caráter econômico, cravado no modo de produção.

Retomando a discussão sobre trabalho em sentido histórico e seu princípio educativo, vemos que, ele pode ser encarado sob três perspectivas:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...]. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (SAVIANI, 1989, p. 1-2, apud RAMOS, 2008, p.6).

Vemos então que a escola é condicionada de muitas maneiras pela sociedade, seja na sua própria legitimação enquanto instituição oficial responsável pelas atividades relativas à educação, qual o local e importância que ocupa na sociedade, bem como o modo como ela se organizará, quem a ela terá acesso, quais os conteúdos que nela serão trabalhados e qual o modelo de cidadão que se pretende formar. A instituição escolar então, ao atuar não em um vácuo que a isole dos condicionantes sociais, mas pelo contrário, em profunda relação com eles, também atua no sentido de lidar com as relações de poder presentes na sociedade, educando para a aceitação como naturais de certas relações estruturais opressivas, que permeiam a escola de modo mais ou menos explícito. O caráter ideológico da escola, de dissimulação e naturalização de relações sociais opressivas, trabalhado em diferentes perspectivas por autores como Bordieu, Althusser e Saviani não atua somente nas relações de exploração econômica, mas também nas de dominação de gênero e na produção de identidades sexuais. Uma prática educativa que busque romper com estes condicionamentos, visando a emancipação humana, deve se atentar para a compreensão dos fundamentos do sistema produtivo, em seus variados aspectos, entre eles os de gênero e sexualidade.

4 CONCLUSÕES

Sintetizando as reflexões realizadas a respeito do trabalho como princípio educativo na EPT e suas relações com as temáticas de gênero e sexualidade, vemos que esta relação se dá de modo estrutural e não acidental. Uma vez que o sistema capitalista estabelece ao mesmo tempo relações de exploração, dominação e alienação, a produção e reprodução destas relações de opressão não ocorrem apenas na área econômica, de exploração de uma classe sobre outra, mas também na produção de subjetividades, entre elas as referentes a sexualidade, realizadas de modo estranhado, sofrendo a atuação dos processos de reificação e também nas questões de gênero, com o patriarcado constituindo não um sistema autônomo frente ao capitalismo, mas sim em união umbilical com ele.

Deste modo, conceitos relativos à EPT, como o trabalho como princípio educativo, dualidade educacional, formação integral, politécnica, integração curricular, que estão articulados entre si, na proposta de uma educação emancipadora, também encontram-se articulados com gênero e sexualidade, na medida em que a busca por uma formação integral não pode ser realizada desconsiderando esta temática, sob pena de propor a liberdade reproduzindo as relações de submissão.

Conscientizar sobre o contexto histórico das técnicas produtivas, mas sem analisar o modo como as mulheres foram historicamente subjugadas à autoridade masculina e a sexualidade submetida a

rigorosas normatizações, naturalizando a heteronormatividade de modo intimamente relacionado à expansão do lucro é propor o rompimento com a dualidade e fragmentação de modo parcial, e por isso também fragmentado e insuficiente para a concretização de uma educação realmente politécnica, em suas múltiplas e diversas esferas.

Neste sentido, evidencia-se a necessidade de mais estudos nesta área, especialmente em propostas de como superar as diversas dificuldades para a efetivação da formação integral em diálogo com questões de gênero e sexualidade, tais como formação docente, abordagens metodológicas e propostas de currículo integrado.

REFERÊNCIAS

ABGLT. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO. Brasil, 2004.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro, ed. 23, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf.

OECD. O que está por trás da desigualdade de gênero na educação? PISA em foco.v.49, mar 2015. Disponível em: [https://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisainfocus/PIF-49%20\(por\).pdf](https://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisainfocus/PIF-49%20(por).pdf).

RAMOS, M.N. (2008). Conceção do ensino médio integrado. Texto apresentado em Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará. 8 e 9 de maio. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf.

SAFFIOTI, H. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.12, n.32, p. 152-180, jan/abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>.